



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA
Ata da 133ª reunião, realizada em 5 de dezembro de 2024

Em 5 de dezembro de 2024, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha (URC Jequitinhonha) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Carla Fernanda de Araújo, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Wagner Vicente Rodrigues de Almeida, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Clésio César Galvão Filho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Ellen Dayene Cordeiro Sousa, da Secretária de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Celso da Conceição Silva Júnior, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Fernanda Barbosa Xavier, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Henrique Moreira de Melo Silva, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Edilson de Almeida, da Prefeitura de Diamantina. Representantes da sociedade civil: Nathalia Luiza Fonseca Martins, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Diego Margonari D'Avilla, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas); Jader Vinícius Brant Coelho, do Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina; Ricardo Gomes Silva, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Emeson Ramalho dos Santos, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais (Senar/MG). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a presidente suplente Carla Fernanda de Araújo declarou aberta a 133ª reunião da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha e fez leitura de memorando da SEMAD por meio do qual é designada para presidir esta sessão. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Boa tarde, presidente. Obrigado pela oportunidade. Boa tarde a todos os conselheiros. Eu vou me apresentar. Eu sou Henrique, sou conselheiro suplente da Faemg. Hoje está tendo um grande evento, inclusive, com a participação da SEMAD, Seapa, Agência Nacional das Águas, em Taiobeiras, sobre a questão de barramentos. Então tanto o Luiz Rodolfo como o Cleberty estão participando. Então por isso que nós estamos aqui a título de suplência. Aí, presidente, eu gostaria que ficasse consignada em ata a minha manifestação. Com todo respeito, eu acompanhei a última reunião e fiquei numa dúvida com a manifestação do assessor regimental Wesley. Eu não sei se ele é o assessor desta reunião também. Na medida que ele fala que nós temos que atuar, como somos conselheiros, estamos exercendo uma função pública e temos que atuar conforme os princípios da legalidade, que são princípios da administração pública, o que é, resumidamente, fazer aquilo que a lei determina. No sentido de que a apresentação de qualquer tipo de contraditório aqui no Colegiado, na URC, é ferir esse princípio? Porque a forma que ele expôs, eu posso ter entendido errado, mas, durante uma discussão técnica sobre um assunto de um licenciamento, foi levantado aqui... Não foi a senhora que presidiu, Carla, a reunião anterior. Foi levantado aqui que os conselheiros estavam querendo inovar ou até mesmo subverter a lógica do licenciamento ambiental. Eu respeito esse posicionamento, mas não concordo. Porque eu acho que o debate, uma opinião contrária, enriquece o Conselho de Política Ambiental. Porque nós somos um conselho representante de diversos segmentos da sociedade civil. Então cada segmento aqui, de uma certa forma, tem um interesse diferente. E também tem a equidade dos votos, é um conselho paritário. Porque fica parecendo – e aí posso ter enganado – que quando os conselheiros apresentam uma situação contrária, argumentam, o órgão ambiental tende a falar da seguinte forma: ‘Olha, cuidado com seus argumentos, você está descumprindo o princípio que rege a administração pública’. E eu acho que na nossa atuação, claro, que se não tivermos impedimento, suspeição... Eu queria saber se a nossa atuação aqui, se o nosso voto contrário tem algum limite; se tem algum limite, se tem alguma lei que estabelece um limite para ter um voto contrário. Porque eu entendo que vocês que fazem a gestão do COPAM e assessoria não devem restringir o voto do conselheiro. Desde que

justificado, conforme previsão do Regimento, o voto contrário é livre. Não é isso? Ou eu estou enganado?”

Wesley Alexandre de Paula/URA Jequitinhonha. “Boa tarde, senhores conselheiros e os internautas também que estão acompanhando esta reunião. Sr. Henrique Damásio, na reunião passada, em momento algum foi a minha intenção, que fique claro, cercear qualquer tipo de manifestação dos conselheiros. Eu disse que nós, como servidores, e vocês também como servidores agentes públicos em colaboração, que têm o mesmo status de servidor público, não remunerado, mas em colaboração com a administração pública, prezamos pelo princípio da legalidade. É só isso que eu quis dizer, que nós sempre temos que estar amparados em nossas decisões dentro desse princípio que nos norteia. É só isso que eu enfatizei, mas jamais falando que qualquer tipo de manifestação dos conselheiros contraria esse princípio. Eu fiz mais não um alerta, mas a discussão que surgiu, que o Henrique fez, o conselheiro Henrique, do MP, essa discussão, e eu só enfatizei essas questões que, às vezes, por mais que tenhamos talvez as opiniões nossas, os nossos pensamentos, às vezes até mesmo não vou dizer contrário, mas um entendimento às vezes que vai de encontro à legislação... Mas nós temos uma legislação que nos limita. É somente isso. Mas o direito de voto e de manifestação de vocês é pleno. Somente com esse limite, essa ressalva do princípio da legalidade como limite a ele. Até porque há previsão na legislação nossa do controle de legalidade das decisões dos conselheiros. Controle de legalidade àquilo que é contrário ao que a legislação diz. Só isso. Em momento algum isso deve ser entendido como cerceamento do direito de manifestação de qualquer dos conselheiros que seja. É somente isso. Que fique claro, todos têm o direito de se manifestarem dentro dos princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade. É somente isso. Que fique bem claro, não entendam isso de maneira nenhuma como ameaça ou qualquer tipo de cerceamento da manifestação de vocês. E se eu fui mal interpretado eu peço desculpa. Mas não há esse interesse de ameaça, qualquer que seja, ou cerceamento da manifestação de vocês. Que fique bem claro.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Eu acho que foi claro o Wesley, porque eu acho que é importante que o contraditório faz parte da democracia, da sociedade moderna. Então que vocês, claro que amparados na legislação, respeitem. Obrigado.” Wesley Alexandre de Paula/URA Jequitinhonha. “Como o senhor disse, o princípio da ampla defesa e do contraditório é basilar do Estado de direito, então nós temos que respeitá-lo em qualquer momento, seja na esfera administrativa, na esfera cível, na esfera criminal. Pode ter certeza que aqui nós prezamos muito por esse princípio basilar do Estado de direito, que é o princípio da ampla defesa e do contraditório. Isso sempre estará presente nas reuniões da nossa URC e acho que de todas as outras que compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva/MPMG: “Eu acho que esse assunto veio à pauta num debate de que eu participei também junto com os outros conselheiros. Eu acho que é importante lembrarmos o caso concreto, que estávamos levantando uma possibilidade talvez dessa inovação de estar criando um rito de licenciamento de conveniência. E levando a uma decisão frágil do próprio Conselho, que vai ser questionada, pode passar por um controle de legalidade. Porque no caso específico foi até falado pelos conselheiros que estavam defendendo uma posição contrária à minha que a atividade, inclusive, tinha sido passada para o licenciamento simplificado. E a consequência do pleito seria dentro do licenciamento convencional. Então essa questão das informações complementares e tal, que não cabiam naquele processo. Justamente porque não era simplificado. Então eu acho que é importante revermos esses atos, porque às vezes parece que o Conselho pode ser autônomo. Autônomo ele é, mas há limites para essa atuação. E eventualmente uma decisão, ainda que de maioria, às vezes pode estar em desacordo com as normas. E com isso, que eu estou entendendo que o Wesley falou também, que poderia passar por um controle de legalidade uma eventual decisão, ainda que de maioria, mas que fosse contrária aos princípios que o Wesley falou. Então eu acho que é importante fazer referência também ao caso concreto e não a um caso abstrato, como se estivesse cerceando a palavra ou a intenção de nós conselheiros. Conforme os princípios que o Wesley lembrou, nós estamos livres para poder propor, mas há limites que a própria legislação traz e que eventualmente podem sugerir essa ideia de inovação do rito ou mesmo de criação de licenciamentos de conveniência, na medida que vamos mudando, criando formas. Já tinha sido num empreendimento anterior de mineração aqui, isso já tinha sido objeto de debate, e agora voltou nessa última reunião nesse sentido. Então eu acho que é importante colocar nossas posições, defender os pontos de vista, mas dentro do que a norma estipula. Nem sempre essa decisão, ainda que por maioria do Conselho, vai ser inquestionável. No sentido de até produzir uma decisão frágil do Conselho.”

4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA. Não houve comunicados. **5) EXAME DAS ATAS DA 131ª E 132ª REUNIÕES.** Aprovadas por unanimidade as atas da 131ª e 132ª reuniões

da URC Jequitinhonha, realizadas em 3 de outubro e 7 de novembro de 2024, respectivamente. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Diamantina, Fiemg, Faemg, Federaminas, Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina, Zeladoria do Planeta e Senar. Ausência: Promutuca. **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DO RECURSO DO AUTO DE INFRAÇÃO. 6.1) José Domingos Roza. Fazenda Santa Rosa Colônia. Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação em unidades de conservação sem prévia autorização do órgão competente e/ou sem respeitar as normas de exploração sustentável e desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação. Jequitinhonha/MG. PA/CAP/Nº 481228/20. AI/Nº 023446/2017. Apresentação: SEMAD/DAINF. Retorno de vistas pelo conselheiro Luiz Rodolfo Antunes Quaresma, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg).** Aprovado por maioria o deferimento parcial do recurso nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis ao Parecer Único: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Diamantina e Federaminas. Votos contrários ao Parecer Único: Fiemg, Faemg, Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina, Zeladoria do Planeta e Senar. Ausência: Promutuca. Justificativas de votos contrários ao Parecer Único. Conselheira Nathalia Luiza Fonseca Martins/Fiemg: “Eu voto contrário ao parecer, considerando o já exposto, o entendimento de que a segunda infração está ligada à primeira, que seria a supressão, a qual foi anulada pelo próprio órgão ambiental. Então entende-se que deveria ter a anulação das duas infrações.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Contrário, pelos motivos do parecer de vista.” Conselheiro Jader Vinícius Brant Coelho/Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina: “Voto contrário, entendendo também que, a partir do momento que se autoriza a intervenção, deveriam ser anulados todos os autos.” Conselheiro Ricardo Gomes Silva/Zeladoria do Planeta: “Voto contrário, acompanhando o parecer de vista.” Conselheiro Emeson Ramalho dos Santos/Senar: “Eu voto contrário, acompanhando o relatório de vista também.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DO RECURSO AO INDEFERIMENTO DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. 7.1) Posto do Serro Ltda. Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. Serro/MG. Licença Ambiental Simplificada/Relatório Ambiental Simplificado (LAS/RAS). PA/SLA/Nº 150/2024. PA/SEI/Nº 2090.01.0011662/2024-53. Classe 2. Apresentação: URA JEQ.** Recurso deferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Diamantina, Fiemg, Faemg, Federaminas, Zeladoria do Planeta e Senar. Impedimento: Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina. Ausência: Promutuca. Manifestação de impedimento. Conselheiro Jader Vinícius Brant Coelho/Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina: “Senhora presidente, eu gostaria de não participar do item 7... Ligação a pessoas envolvidas no processo.” **8) PROPOSTA DE AGENDA DAS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA DO COPAM PARA O ANO DE 2025. Apresentação: URA JEQ.** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha para o ano de 2025, conforme proposta apresentada pela URA JEQ, com a seguinte alteração: a reunião prevista para 1º de maio fica alterada para 8 de maio. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Diamantina, Fiemg, Faemg, Federaminas, Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina, Zeladoria do Planeta e Senar. Ausência: Promutuca. **9) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Carla Fernanda de Araújo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Carla Fernanda de Araújo
Presidente suplente da URC Jequitinhonha